

Presente e futuro da Ciência, Tecnologia e Inovação na visão dos candidatos à Presidência da República

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM OS QUATRO PRINCIPAIS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Com propostas diversificadas para a CT&I brasileira, os quatro principais candidatos ao Palácio do Planalto: Anthony Garotinho; Luiz Inácio Lula da Silva; Ciro Gomes; e José Serra expressaram suas posições sobre os Fundos Setoriais, o Projeto de Lei da Inovação, a regionalização das ações de Ciência e Tecnologia, a criação do CGEE, além de outros assuntos inerentes aos novos rumos da CT&I.

A ordem dos candidatos, no decorrer da entrevista, não foi aleatória. Foi utilizado o critério de chegada das respostas à redação do Gestão C&T.

Qual a visão dos senhores, como candidatos à Presidência da República, sobre a questão da inovação tecnológica como elemento para aumento da competitividade das empresas brasileiras? Quais instrumentos estão sendo propostos nesse sentido?

Garotinho É hoje consensual que o setor produtivo precisa atingir rapidamente um nível de competitividade que lhe permita disputar, em melhores condições, nosso mercado interno, substituir importações e ampliar exportações com os parceiros tradicionais e ampliá las para países como a China, Índia e Rússia. Para tal, é fundamental aliarmos um forte incentivo à pesquisa tecnológica, com recursos públicos, à criação de mecanismos fiscais que incentivem o setor industrial a investir em pesquisa e desenvolvimento, e o financiamento ao setor produtivo com taxas de juros semelhantes às oferecidas em outros países. O parque científico brasileiro já atingiu uma tal dimensão que permite, desde que políticas corretas sejam implantadas, sua articulação com o setor tecnológico e produtivo.

Serra A inovação é o motor da competitividade em qualquer empresa de hoje. Mais ainda em nosso caso, onde a sobrevivência num mercado aberto e competitivo deve ser cada vez mais dependente da capacidade inovativa. Várias ações já estão em curso, notadamente os Fundos Setoriais e o Projeto da Lei da Inovação. Mas devemos ir além e favorecer a inovação a florescer dentro do próprio processo produtivo, dentro da própria empresa, onde os desafios estão e onde é mais rápida a sua apropriação.

Lula A ciência e a tecnologia são a base do desenvolvimento social e econômico, e o Brasil precisa tomar medidas urgentes para tirar o atraso que acumulamos nessa área. Isso é essencial para podermos retomar a produção agrícola e

industrial, aumentar o emprego e combater a miséria, prioridades fundamentais de nosso programa de governo. Então é evidente que vamos estimular ao máximo a pesquisa científica e tecnológica. Nesses últimos anos, estudamos a melhor forma de fazer isso em debates e discussões com pesquisadores, intelectuais, políticos, empresários, participantes de organizações não governamentais e de movimentos sociais. A partir daí, concluímos que temos uma boa base científica, mas ela ainda precisa dobrar de tamanho, para o tamanho da nossa economia. Ainda mais importante: falta trazer esse conhecimento para dentro das empresas, para que ele possa se transformar em inovações tecnológicas.

Em julho, nos encontramos com a direção da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Goiânia, quando apresentei o nosso programa de governo para Ciência e Tecnologia. Nesse documento, deixo clara a minha tristeza em ver o País se inserir de forma subordinada no contexto internacional, ocupando hoje um papel secundário e dependente. Não podemos aceitar essa idéia de que a criação científica deve ocorrer apenas nos países desenvolvidos porque isso nos levaria a abdicar do nosso projeto de fazer deste País uma nação soberana e respeitada. Trata se de uma questão de soberania nacional.

Ciro A questão da inovação é central na equação do desenvolvimento brasileiro. A economia brasileira se internacionalizou e se integrou ao mercado global, mas continuou praticamente estagnada. Com isso, o Brasil corrigiu o isolamento sem eliminar sua histórica condição subalterna. A inovação sintetiza, no mesmo conceito, a idéia de conhecimento, produção e competitividade. O ponto básico é saber como estes três elementos a produção de C&T, a produção industrial e as relações do comércio internacional podem se integrar em um sistema harmônico, coordenado e eficiente para que exista inovação de fato no Brasil. O fato de termos uma eficiente base científica motivo de orgulho quando produz vitórias expressivas no setor agrônomo, aeronáutico ou na biotecnologia e uma pujante infra estrutura industrial, não significa que já temos inovação. Portanto, na nossa visão, é necessário sedimentar as bases da inovação, com o fortalecimento da P&D nacional, acadêmica e empresarial. Quais os instrumentos? Políticas precisam ser geradas respeitando padrões coletivos de decisão. Desconfie de quem lhe der toda a receita agora. Mas podemos antecipar seis pontos que fazem parte das diretrizes gerais de nosso Programa: oferecer financiamento estável à C&T nacional quem trabalha com P&D sabe que a atual instabilidade é tão nociva ao sistema quanto a escassez de recursos; aperfeiçoar os mecanismos existentes dos Fundos Setoriais os Fundos

s dos **Fundos Setoriais** _ os Fundos são uma alentada promessa para corrigir a instabilidade, mas não estão consolidados. Portanto, para não perder o enorme potencial que a proposta encerra é preciso avaliar, para ajustar e consolidar; aperfeiçoar o funcionamento do Conselho Nacional de C&T (CCT), diretamente subordinado ao Presidente da República atrelada à política de inovação, a política de C&T deixou de ser apenas uma questão de oferta de conhecimento. Da mesma maneira com que a política industrial absorveu a questão do conhecimento e da competitividade. Este Conselho somente faz sentido se nele a Ciência e Tecnologia for tratada na dimensão e complexidade da inovação. A C&T, que está presente em todos os ambientes do Governo federal e da sociedade, deve ser um eficiente instrumento de desenvolvimento social e econômico e deve atuar em consonância com as demais políticas de desenvolvimento. Este ponto é crítico e, por isso, convocaremos cientistas, empresários, parlamentares e alto dirigentes do poder executivo para discutir; fortalecer o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) este é um bom exemplo de programa de apoio à inovação. Sua menção isolada no programa tem dupla função. Tanto serve para realçar um exemplo de programa necessário, como para firmar posição: todos os programas e projetos que afetem positivamente o ambiente da inovação serão fortalecidos. E se houver necessidade de outros, devem ser convocados a comunidade científica e tecnológica, o empresariado ligado à P&D e o movimento sindical para ajudar na formulação; fortalecer a engenharia nacional, acadêmica e industrial as estatísticas sobre a engenharia brasileira mostram que ela é um nicho de qualidade, mas ainda pequena. A política de inovação exigirá sua modernização, ampliação e correção de rumo. Sem isto, não conseguiremos revitalizar a indústria brasileira e, em especial, a indústria de componentes.

Qual a meta de aplicação de recursos (público e privado) em pesquisa e desenvolvimento, como proporção do PIB, para os próximos 4 anos? Quais as áreas do conhecimento que deverão ser priorizadas?

Garotinho Os dados oficiais indicam que o Brasil investe hoje cerca de 1,4 % do PIB no setor de C&T. Vamos trabalhar no sentido de chegarmos a 2% do PIB em quatro anos. Para isso, pretendemos ampliar o orçamento, com recursos do tesouro, das instituições federais de fomento (**CNPq**, **FINEP**, **CAPES**), ampliar o orçamento das universidades federais e centros de pesquisa vinculados a vários ministérios (**EMBRAPA**, **FIOCRUZ**, etc), criar mecanismos que incentivem os estados a fortalecerem as fundações de amparo à pesquisa, criar novos fundos setoriais, assegurar a efetiva liberação dos recursos orçamentários,

eliminando o contingenciamento, que vem ocorrendo inclusive com os Fundos Setoriais, e criar mecanismos que efetivamente induzam o setor empresarial a investir em C&T.

Pretendemos continuar fortalecendo todas as áreas do conhecimento, o que será feito pelo retorno do auxílio para projetos de demanda espontânea pelo **CNPq**, o apoio institucional pela **FINEP**, apoio aos cursos de pós graduação pela **CAPES** e a manutenção de programas de apoio a grupos de excelência pelo **PRONEX** e Institutos do Milênio. No entanto, algumas áreas, consideradas estratégicas para o País, contarão com programas complementares especiais onde o nível de investimento deverá ser maior. As áreas identificadas, até o momento, são as seguintes: ciências do mar e costeira; biotecnologia; doenças emergentes e re emergentes; doenças crônicas e degenerativas; desenvolvimento de fármacos; tecnologia da informação; nanotecnologia; materiais avançados; tecnologia nuclear; tecnologia aeroespacial; meio ambiente e recursos hídricos; saneamento ambiental; agricultura familiar; energias alternativas; instrumentação; petróleo e gás; tecnologia mineral; e ciências sociais aplicadas. Para todas estas áreas, mecanismos serão criados para que incentivem simultaneamente a pesquisa básica e a inovação tecnológica bem como o desenvolvimento regional.

Serra Espera se chegar a um investimento público e privado de 1,36% do PIB, em 2006. O que possibilitará chegarmos a 2% do PIB, em 2012. Dentre as várias áreas, vale um destaque especial à biotecnologia, por seus impactos sobre a saúde e a agricultura, além de toda a capacidade já desenvolvida.

Lula Hoje, o Brasil dedica menos de 1% do PIB à Ciência e à Tecnologia, enquanto os outros países aplicam o dobro ou o triplo dessa porcentagem. A integração entre inovação tecnológica e o processo de produção é quase inexistente.

Assim, fica muito difícil você competir no mercado internacional, no qual os produtos de maior valor são os que incorporam tecnologias de última geração. Portanto, achamos que é fundamental e urgente valorizar os chamados centros de excelência em pesquisa, que têm especialistas da mais alta competência e muito competitivos internacionalmente. Mas é preciso também articular a política de Ciência e Tecnologia com a questão educacional, porque está provado que investir só na parte técnica não dá bom resultado.

Ciro Estamos todos de acordo que a participação do orçamento nacional de P&D em relação ao PIB é pequeno. Afirmar um número mágico seria demagógico, uma

expressão de mero desejo e não acrescentaria nenhuma informação válida.

Esta não é apenas uma questão de vontade e decisão, mas de capacidade nacional de investimento. Gostaríamos muito que subisse para 2% do PIB, mas o que isto significa? Para chegar a qualquer patamar superior, deveremos concordar que é preciso, primeiro, fazer que o orçamento nominal seja real. Não adianta crescer em espasmos irregulares e depois retroceder, com corte e contingenciamento. Crescer, consolidar e dar o próximo passo. Veja o exemplo dos Fundos Setoriais que não estão consolidados e ainda são vítimas, por via indireta, das armadilhas do contingenciamento. Ou seja, se conseguirmos, no primeiro ano de governo, garantir um orçamento sólido, estável e contínuo, será um passo importante.

Após os ajustes na área econômica e fiscal, pondo em marcha uma integração maior entre C&T e a política de produção, poderemos crescer. Crescer, no caso, dentro do quadro geral da inovação. Isto é, procurando relacionar o esforço científico à produção industrial e à educação de qualidade. As áreas de conhecimento? Aparentemente é uma pergunta fácil de responder. Bastaria citar algumas que estão listadas no programa original, por exemplo, as vedetes da modernidade: materiais, telecomunicação, microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, informática e mais uma meia dúzia. Mas esta é apenas uma indicação genérica. Seria mais adequado propor que o detalhe desta questão fosse resultado de um trabalho posterior. Quem melhor dirá é o próprio sistema de inovação, de um lado, o sistema produtivo que demanda, do outro, as grandes instituições de pesquisa, incluindo as universidades, a Academia de Ciências, as sociedades científicas e outras.

O **Ministério da Ciência e Tecnologia**, no governo FHC, procurou trabalhar com um modelo de gestão compartilhada com os Estados brasileiros. Quais as propostas das candidaturas dos senhores no que diz respeito à regionalização das ações de Ciência e Tecnologia? Quais iniciativas deverão ser implementadas no sentido de reduzir as desigualdades regionais, a partir dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação?

Garotinho Na realidade, podemos constatar que houve um esforço da equipe liderada pelo **ministro Sardenberg** de fazer uma integração do **MCT** com os estados, principalmente via o Fórum de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia. No entanto, os resultados obtidos ficaram muito abaixo das expectativas. A nossa proposta prevê o estabelecimento de um sólido Sistema Nacional de C&T que, efetivamente, integre o **MCT** e suas agências com

as Secretarias Estaduais e Municipais de C&T e as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais e Municipais, visando o apoio a projetos de interesse regional/local e à melhor distribuição da atividade de C&T em todo o País. Nesse sentido, parte do orçamento do **MCT** será utilizada para editais conjuntos com os estados. No caso dos Fundos Setoriais, onde já se prevê parcela dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, as Secretarias Estaduais deverão participar ativamente da definição de prioridades e das decisões referentes à alocação dos recursos. Estamos conscientes da necessidade de mudanças na legislação atual, o que envolverá a participação do Congresso Nacional.

Serra O modelo de repasse de recursos para a execução estadual deve ser reafirmado, sempre em grande sintonia com as políticas do **MCT**, dado seu caráter nacional. A heterogeneidade do País é uma realidade que se coloca em todos os campos da vida nacional. Na CT&I, a construção de unidades de excelência, com enfoque regional se coloca como primordial. Por outro lado, a capacitação e a difusão da tecnologia serão os motores da viabilização da apropriação dos avanços por todos os brasileiros. A valorização da difusão é o grande elemento viabilizador da evolução da capacidade regional no desenvolvimento científico e tecnológico.

Lula Nossas propostas para o setor de Ciência e Tecnologia prevêem apoiar experiências locais e regionais que já vêm sendo implementadas e demonstraram significativa importância. Dentro dessa perspectiva, consideramos fundamental recuperar e consolidar, estrutural e politicamente, o Sistema Federal de Ciência e Tecnologia em consonância com os estados e definir um programa nacional de inovação articulado com os contextos locais. O papel desse Sistema será o de estimular os programas já existentes, mas que não têm recebido o devido apoio, e coordenar novas ações para fortalecer a Ciência e Tecnologia.

Pretendemos ainda buscar a participação da comunidade científica e tecnológica, de entidades representativas, administrações locais e organizações da sociedade civil e de comunidades nas discussões e na construção de uma política científica e tecnológica.

Ciro Quando fui governador do Ceará criei a Secretaria de Ciência e Tecnologia e implantei a Fundação de Amparo à Pesquisa. Relutei, a princípio, porque em um estado muito pobre, com níveis baixos de desenvolvimento social, o primeiro impulso é investir em programas sociais ligados à educação básica, à saúde, à pobreza. Percebi, contudo, que estava errado e precisava, com alguma moderação, abrir

espaço para a área de C&T, principalmente em projetos que valorizassem a inovação e a educação tecnológica. Hoje tenho certeza de que agi certo. O esforço da P&D nacional para consolidar o projeto de inovação precisa do apoio dos estados, municípios e setor privado. O esforço isolado do Governo federal não será suficiente para corrigir o fosso regional existente. Sem a decisão política local para despertar o ambiente científico, nada adiantará. Veja a beleza do exemplo da Xylella, coordenado pela FAPESP. Se não tivesse havido um trabalho de muitas mãos entre o Governo federal, o Governo de São Paulo e outras fontes não contaríamos com essa vitória de expressão internacional, que nos alçou ao patamar superior da pesquisa genética. Em síntese, as desigualdades diminuirão onde houver vontade local para superar as deficiências. Isto é, aqui no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo. A orientação do nosso programa é para que o Governo federal não perca, e até aumente, a função catalizadora, desempenhada nos anos 80 pelo **CNPq** e, mais recentemente, pelo **MCT**. E que não falte estímulo aos estados onde a vontade dos empresários, da academia e do governo local se manifeste, de preferência sob a forma de um projeto de CT&I. O apoio isolado a um projeto de C&T, por mais relevante que seja para a educação e para o próprio desenvolvimento científico, não deve ser negado mas perde força e oportunidade, porque não se engaja, desde logo, na trilha da inovação.

O financiamento da pesquisa e da inovação constitui um dos maiores desafios da Ciência e Tecnologia no Brasil. Os Fundos Setoriais representam um mecanismo inovador nesse sentido. Qual a proposta para manter esses instrumentos e evitar soluções de continuidade na alocação de recursos para CT&I?

Garotinho Consideramos os Fundos Setoriais como elementos importantes do Sistema Nacional de CT&I e que serão preservados e aperfeiçoados. Novos fundos deverão ser criados. Faremos algumas modificações na operacionalização dos Fundos, no sentido de que eles sejam efetivamente elementos de política científica integrada do Governo. Como já foi ressaltado acima, os Fundos se constituirão em mecanismo importante para o programa prioritário de desenvolvimento regional.

Serra Os recursos para CT&I serão preservados dentre os recursos orçamentários, dado que as linhas de pesquisa necessitam de continuidade, ao menos no médio prazo.

Lula Os Fundos Setoriais são financiados pela iniciativa privada. Os recursos vêm das taxas que a iniciativa privada repassa ao Estado pelo direito de explorar serviços do setor elétrico, de telecomunicações, petróleo, entre outros. Ou seja,

os recursos dos Fundos Setoriais que financiam os investimentos em Ciência e Tecnologia não disputam com outros recursos orçamentários e por isso são bem vindos. Em nosso governo, estudaremos também outras formas, baseadas em mecanismos desse tipo, de aumentar os recursos para o setor.

Ciro Os Fundos constituem uma idéia criativa, tão brilhante quanto foi o FNDCT no início dos anos 70. De nossa parte há somente a disposição de consolidar a experiência e, caso surja necessidade de alguma correção de rumo, a realidade nos dirá. O princípio é simples: qualquer proposta, vigente ou futura, que favoreça e consolide o ambiente da inovação será prestigiada. Desconhecemos a existência de alguma avaliação dos Fundos e achamos que, se não existe, precisa ser feita.

Este comentário não sugere a desconfiança e nem a percepção de alguma coisa errada. Ao contrário, apenas afirma uma convicção de que boas iniciativas não podem se perder por falta de avaliação.

O governo enviou ao Congresso Nacional, no dia 15 de agosto passado, o Projeto de Lei da Inovação, que estabelece medidas de incentivo à pesquisa e à inovação e cria mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas na sua relação com as empresas. Que outros mecanismos poderiam ser propostos no sentido de promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro?

Garotinho Ainda não tomamos conhecimento da forma final do Projeto de Lei da Inovação. Somos favoráveis à criação de mecanismos que permitam estimular a pesquisa e a inovação tecnológica, sobretudo nas empresas. Consideramos que as universidades têm como missão principal a pesquisa científica básica, compromissada com o avanço do conhecimento, aliado ao processo de formação de pessoal qualificado. Tal posição, no entanto, não impede que determinados setores das universidades se dediquem com maior intensidade à pesquisa tecnológica. Deve ficar claro, no entanto, que a inovação tecnológica deve ocorrer fundamentalmente na empresa. No caso específico das relações a serem estabelecidas entre as universidades e as empresas, inclusive na liberação de pesquisadores, é fundamental que se respeite a autonomia universitária. Na nossa proposta, o apoio à inovação passa também pelo apoio à área tecnológica, utilizando todos os mecanismos tradicionalmente usados no apoio à área científica (bolsas, auxílios de demanda espontânea, apoio institucional, etc), programas semelhantes ao que implantei no estado do Rio de Janeiro, conhecido como Tecnologia na Pequena Empresa, com recursos maiores e alcançando também a média

empresa, o que deverá ser feito com recursos do Fundo Verde Amarelo, redução significativa da taxa de juros para o financiamento à atividade industrial, sobretudo a de base tecnológica, política de incentivo ao consumo de produtos produzidos no País, sobretudo visando a substituição de importações, política de apoio às exportações, entre outras.

Serra Em si, a Lei da Inovação é crucial, mas ela será complementada com ações efetivas. Serão mobilizadas as competências empresariais e acadêmicas para criar condições estruturais de competitividade. Além da articulação entre empresas e entre universidades e empresas, o governo investirá na infra estrutura tecnológica de suporte à competitividade.

Serão realizados investimentos nas Tecnologias Industriais Básicas (TIB), compreendendo ações nos campos de metrologia, normalização, avaliação de conformidade, tecnologias de gestão, informação tecnológica e **propriedade intelectual**. Atenção especial será dada ao capital de risco, forma de financiamento especialmente adequada para pequenas e médias empresas de base tecnológica. Embora muitas das pré condições para o florescimento da atividade de capital de risco estejam presentes no Brasil, falta uma estrutura institucional abrangente e coerente, capaz de unir os agentes que desejam participar desse mercado. Para criar essa base, será mobilizada a **FINEP**, o BNDES e a CVM, ampliando as ações dos Projetos Inovar e do BNDESPAR, bem como as iniciativas já em curso no próprio mercado acionário, a exemplo do Novo Mercado.

Lula Há uma necessidade evidente de se ter uma política industrial, de desenvolvimento, articulada com a de Ciência e Tecnologia. Mas esse setor não se restringe à questão da produção e da produtividade econômicas, como querem os neoliberais. É importante uma articulação da política de Ciência e Tecnologia com a questão educacional mais ampla, em todos os níveis, já que cultura, ciência e educação caminham juntas. No Brasil, os cientistas introduzem inovações, mas não patenteiam essa tecnologia, nem transmitem esse conhecimento para as empresas. Realmente falta uma política de Ciência e Tecnologia mais moderna, desenvolvida.

Centros de excelência como o ITA e o **Inpe** também têm que ser valorizados. São institutos que possuem técnicos da mais alta competência, e que são muito competitivos no mercado internacional. Acho que devemos dar suporte a esses institutos, porque, hoje em dia, a capacidade humana e a qualificação tecnológica são as maiores riquezas que um país pode ter. Sem esses técnicos nós não podemos nem absorver as inovações tecnológicas nem adaptá las às nossas

necessidades específicas.

Ciro Não conhecemos os detalhes do Projeto de Lei da Inovação, mas simpatizamos e aplaudimos a iniciativa, até mesmo porque a idéia inicial partiu de um projeto do senador Roberto Freire, um homem experiente e de critério. Às iniciativas que valorizem e consolidem as bases do que se convencionou chamar de sistema de inovação, reafirmaremos sempre o nosso apoio. Para promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade é preciso um amplo e variado cardápio de atividades, programas e legislações. Medidas neste sentido foram tomadas desde o início dos anos 90, e não se pode negar que algumas foram boas. O Brasil ganhou bastante com as legislações de incentivos dos anos 90 mas, pergunta se, o que geraram na ponta do sistema? Pouco, muito pouco. Para aumentar o volume de resposta, defendemos uma ação concertada sobre o ambiente geral da inovação, que é a própria sociedade, com suas qualidades e defeitos. Os resultados não dependem apenas da política científica e tecnológica. Daí por que, se C&T deficiente ofende à inovação, juros altos também ofendem à inovação. Se burocracia emperrada ofende à inovação, pouca pesquisa básica também ofende à inovação. E a falta de pesquisa na empresa se inclui, igualmente, entre as ofensas à inovação.

Esperamos que o citado Projeto de Lei da Inovação cubra algumas deficiências e seja mais um conjunto de elos que ative o processo geral da inovação.

Como um dos resultados da Conferência Nacional de CT&I, realizada em setembro de 2001, foi criado o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), como órgão de assessoramento do **Ministério de Ciência e Tecnologia**. Qual a proposta para esse Centro?

Garotinho Um dos pontos prioritários do nosso programa é o fortalecimento e o efetivo funcionamento do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Este Conselho, presidido pelo Presidente da República, contará com câmaras setoriais, uma das quais se dedicará ao acompanhamento, à prospecção das áreas, subsidiando as decisões do Conselho. Tal câmara será formada por técnicos experientes das várias instituições federais que atuam na área de C&T, bem como da comunidade científica. Conseqüentemente, não sentimos necessidade da existência de mais um órgão dentro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Serra O Centro é muito mais que um órgão de assessoramento. Sua missão é viabilizar a parceria e alavancar o desenvolvimento em C&T, unindo esforços de várias entidades públicas e privadas, identificando gargalos e incentivando a difusão da tecnologia. Além disso, ele deve

promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

Lula A idéia desse órgão é inovadora e esse é um assunto que precisamos estudar melhor.

Ciro O Centro é, em tese, uma boa proposta. Por sinal não é nova, porque existiu um centro similar destruído no período Collor. Um órgão de assessoramento que estuda, informa, examina alternativas e produz exercícios de futuro é necessário ao Governo e ao setor privado para que consiga viabilizar a inovação. Portanto, devemos esperar que se consolide e mostre resultados. Como se trata de uma instituição jovem, em formação, ainda não avaliada, pode até requerer algum tipo de ajuste fino. O importante é reter o princípio básico de que todas as instituições novas ou tradicionais que cumprem funções essenciais à inovação serão prestigiadas. As novas devem realizar funções complementares às das agências tradicionais, a exemplo do **CNPq**, **CAPES** e **FINEP**, referências importantes no fomento à inovação. Do ponto de vista institucional, nossa percepção é que o Brasil está com um elenco que guarda uma certa harmonia e boa complementaridade. Corrigindo o financiamento, completando as legislações que favorecem o esforço da inovação e ajustando os aspectos gerais da economia que afetam negativamente o emprego, a pesquisa e a sala de aula, o conjunto institucional produzirá mais e melhor.